

XIII SARI



A guerra da Ucrânia como catalisador da transição energética e da multipolaridade no sistema internacional

The war in Ukraine as a catalyst for the energy transition and multipolarity in the international system

João Pedro Bandeira Soares¹ 
Sofia Golfeto Schroeder¹ 

¹Universidade Federal de Santa Maria , Santa Maria, RS, Brasil

Resumo

A invasão russa à Ucrânia em 2022 representou um divisor de águas para a ordem internacional, impactando a segurança energética europeia e a configuração do sistema multipolar. Este trabalho analisa como o conflito influenciou a transição energética da União Europeia (UE) e as dinâmicas geopolíticas de equilíbrio de poder global. No campo energético, as sanções e a redução do fornecimento de gás russo geraram a reativação temporária do carvão, mas aceleraram investimentos em energias renováveis e a busca por parceiros extrarregionais para reduzir a dependência estrutural de Moscou (Lemos, 2024; Castilho, 2022). No plano geopolítico, o conflito explicitou o reposicionamento estratégico da Rússia rumo à Ásia e intensificou o confronto com a hegemonia norte-americana. Sob a ótica do realismo ofensivo de Mearsheimer (2001), a guerra é compreendida como uma disputa por influência que revela tendências de multipolarização da ordem global (Carmona, 2022). Metodologicamente, o estudo utiliza revisão bibliográfica e análise documental.

Palavras-Chave: Guerra da Ucrânia; Segurança energética; Transição energética; Multipolaridade; Geopolítica da energia

Abstract

The 2022 Russian invasion of Ukraine represented a watershed moment for the international order, simultaneously impacting European energy security and the configuration of the multipolar system. This paper analyzes how the conflict influenced the European Union's (EU) energy transition and the geopolitical dynamics associated with the global balance of power. Regarding the energy sector, sanctions against Russia and the reduction of natural gas supplies to the EU led to a temporary resurgence of fossil fuels, such as coal. However, this shock served to accelerate investments in renewable energy and expand the search for extra-regional partners, aiming to reduce structural dependency on Moscow (Lemos, 2024; Castilho, 2022). Geopolitically, the conflict highlighted Russia's strategic pivot toward Asia and intensified the confrontation with U.S. hegemony. From the perspective of Mearsheimer's offensive realism (2001), the war is understood as a struggle for influence within the balance of power, revealing trends toward the multipolarization of the global order (Carmona, 2022). Methodologically, the study employs a literature review and document analysis.

Keywords: Ukraine war; Energy security; Energy transition; Multipolarity; Energy geopolitics

INTRODUÇÃO

A eclosão da guerra entre Rússia e Ucrânia, em fevereiro de 2022, configura um evento sistêmico que acelerou transformações estruturais na ordem internacional. O conflito encerrou a estabilidade relativa do pós-Guerra Fria, expondo fragilidades na arquitetura de segurança europeia e no modelo de governança assentado na hegemonia norte-americana. Ao combinar choques geopolíticos e energéticos, a invasão tornou-se o ponto de inflexão para uma ordem global em transição.

Ainda que o século XXI tenha sido marcado por marcos como o 11 de setembro e a crise de 2008, tais episódios não alteraram as bases materiais da interdependência global. A Guerra da Ucrânia distingue-se por reintroduzir a disputa interestatal por zonas de influência, rompendo fluxos de recursos e alianças estratégicas. Diferentemente das intervenções assimétricas anteriores, o conflito de 2022 incide sobre o equilíbrio de poder euroasiático, desafiando as regras da hierarquia internacional e consolidando uma ruptura definitiva no sistema.

Compreender a magnitude deste fenômeno exige retomar as raízes da percepção de segurança russa. Desde as formações políticas da Rus de Kiev, entre os

séculos IX e XIII, até a expansão imperial sob Ivan III, Pedro, o Grande, e Catarina II, a estratégia moscovita estruturou-se na busca por profundidade defensiva e zonas-tampão contra ameaças externas. Essa lógica histórica, fundamentada na noção de *Heartland*¹ de Mackinder, situa a Eurásia continental como o núcleo do pensamento estratégico russo contemporâneo. Nesse tabuleiro, a Ucrânia ocupa posição singular: sua proximidade com o centro político e demográfico russo a torna uma rota de acesso direto ao interior do país, fator que alimenta percepções históricas de vulnerabilidade, reforçadas por experiências traumáticas do século XX, como a invasão nazista.

Ademais, a Ucrânia detém ativos materiais decisivos: vastas áreas agrícolas e a infraestrutura de gasodutos que conecta as reservas russas ao mercado europeu. Para o Kremlin, Kiev funciona como uma zona-tampão essencial, cuja transição para a órbita euro-atlântica representa uma erosão de sua esfera de influência e de sua dissuasão territorial. Essa dinâmica ratifica a premissa de Mearsheimer (2001) de que grandes potências agem para impedir que rivais expandam sua influência sobre Estados vizinhos vitais à sua segurança.

A desintegração da União Soviética em 1991 intensificou tais vulnerabilidades, resultando na perda de território e recursos estratégicos. Enquanto a década de 1990 foi marcada por crises na Rússia, os Estados Unidos consolidaram sua unipolaridade, acompanhada pela expansão da OTAN e da União Europeia rumo ao Leste. A incorporação de países como Polônia e os Estados Bálticos entre 1999 e 2004 foi interpretada por Moscou como uma violação de garantias de segurança e uma ameaça direta à sua esfera de influência.

A ascensão de Vladimir Putin marcou uma inflexão, reabilitando o aparato militar e convertendo o gás natural em instrumento-chave de política externa (Lemos, 2024; Castilho, 2022). As intervenções na Geórgia (2008) e na Ucrânia, a partir de 2014, com a anexação da Crimeia e os conflitos no Donbass, sinalizaram a disposição russa de empregar meios coercitivos para impedir alterações geoestratégicas inaceitáveis. A escalada de 2022, contudo, revelou os limites da interdependência

¹ MACKINDER, Halford John. The geographical pivot of history. *The Geographical Journal*, Londres, v. 23, n. 4, p. 421-437, 1904.

econômica europeia, inspirada na lógica da *Ostpolitik*^{II}. O fornecimento de energia, antes visto como elo de integração, transformou-se em vulnerabilidade estrutural e arma política, forçando potências como a Alemanha a reavaliar suas matrizes energéticas (Garcia et al., 2025).

Nesse cenário, a transição energética europeia passou a ser compreendida como um imperativo de segurança nacional e autonomia estratégica. Paralelamente, o conflito evidenciou a multipolarização da ordem internacional, materializada no reposicionamento russo em direção à Ásia e no fortalecimento da parceria com a China, que intensificou o desafio à hegemonia norte-americana e contribuiu para a emergência de novos arranjos de poder. Sob a ótica do realismo ofensivo, a guerra expressa a disputa por influência entre grandes potências em um sistema internacional cada vez mais fragmentado.

Diante disso, este trabalho analisa como a Guerra da Ucrânia influenciou a aceleração da transição energética na União Europeia e como esse movimento contribuiu para a reconfiguração da multipolaridade. Hipotetiza-se que o conflito atuou como um divisor de águas ao compelir o Ocidente a redefinir suas bases de segurança, ao mesmo tempo em que impulsionou o reposicionamento estratégico russo ao Oriente. O artigo divide-se em quatro seções: o referencial teórico (Mearsheimer e Arrighi)^{III}; a dependência energética europeia e o choque da invasão; a transição energética como estratégia de segurança; e, por fim, as reconfigurações geopolíticas globais e o papel do Leste.

DESENVOLVIMENTO

Fundamentos Teóricos: Da Hegemonia à Multipolaridade

A noção de hegemonia ocupa lugar central na análise da ordem internacional, com raízes no pensamento marxista, especialmente na obra de Antonio Gramsci. Para

^{II} A *Ostpolitik* (Política para o Leste) refere-se à estratégia diplomática iniciada pelo chanceler alemão Willy Brandt na década de 1970, visando a normalização das relações com o bloco soviético. O conceito fundamenta-se na premissa de *Wandel durch Handel* (mudança através do comércio), que defendia a integração econômica como um mecanismo capaz de promover estabilidade política e reduzir tensões geopolíticas entre o Ocidente e o Leste.

^{III} Refere-se, especificamente, ao Realismo Ofensivo de John Mearsheimer e à Teoria dos Ciclos Hegemônicos de Giovanni Arrighi.

o autor, a hegemonia transcende a dominação coercitiva; constitui uma liderança que articula coerção e consenso, combinando controle material com direção intelectual e moral. Assim, a hegemonia é consentida quando o grupo dominante universaliza seus interesses particulares como interesses gerais, legitimando sua posição através de valores e instituições (Montenegro, 2015, p. 249–255).

Giovanni Arrighi retoma essa inspiração gramsciana para analisar os processos históricos de ascensão, declínio e transição de poder no sistema internacional capitalista. Ele entende a hegemonia como uma forma específica de liderança sistêmica, capaz de realizar ações transformadoras. Segundo o autor:

O conceito de 'hegemonia mundial' [...] refere-se especificamente à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas. Em princípio, esse poder pode implicar apenas a gestão corriqueira desse sistema, tal como instituído num dado momento. Historicamente, entretanto, o governo de um sistema de Estados soberanos sempre implicou algum tipo de ação transformadora, que alterou fundamentalmente o modo de funcionamento do sistema. (Arrighi, 1994, p. 27)

Um Estado hegemônico estabiliza a ordem internacional ao prover bens públicos globais, como segurança nas rotas comerciais e estabilidade financeira, enquanto promove seus interesses. Todavia, essa capacidade não é permanente. À medida que o custo de prover estabilidade sistêmica aumenta, a liderança consensual se desgasta. Quando a legitimidade se esvai e o poder passa a depender prioritariamente da imposição, a hegemonia converte-se em dominação (Arrighi, 1994). Os sintomas desse esgotamento incluem a intensificação das expansões financeiras, o aumento da competição interestatal e a emergência de novos polos de poder com capacidade para desafiar a ordem estabelecida.

No caso norte-americano, Arrighi argumenta que os sinais de declínio surgiram na década de 1970, com o fim do sistema de Bretton Woods e o início de uma fase prolongada de financeirização da economia dos Estados Unidos.^{IV} Embora esse processo tenha sido temporariamente obscurecido pela vitória norte-americana na

^{IV} ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX. Rio de Janeiro: Contraponto, 1994.

Guerra Fria, ele reapareceu na invasão do Iraque (2003) e na crise financeira de 2008. Se o Iraque explicitou o recurso à força militar como substituto da legitimidade, a crise de 2008 revelou os limites da financeirização da economia norte-americana, produzindo um vácuo de liderança global. Esse cenário de “caos sistêmico” permitiu que o dinamismo econômico se deslocasse para o Leste Asiático, onde a ascensão da China, consolidada por iniciativas como a *Belt and Road Initiative*, alteraram o equilíbrio de poder^v.

Essa erosão da autoridade de Washington e a ausência de um novo hegemon plenamente consolidado ampliaram o espaço de manobra para potências regionais como a Rússia. Nesse contexto, o avanço das instituições euro-atlânticas deixou de ser lido por Moscou como expansão liberal e passou a ser interpretado como imposição coercitiva em seu entorno estratégico. A crise de hegemonia fornece, portanto, o cenário estrutural para a atuação russa, cuja racionalidade estratégica pode ser detalhada sob a lente do realismo ofensivo de John Mearsheimer^{vi}.

Diferente das abordagens liberais, Mearsheimer (2001) postula que a estrutura anárquica do sistema internacional obriga as grandes potências a buscarem a maximização de sua parcela de poder. Nesse sentido, a definição de quem ocupa o topo da hierarquia internacional passa, necessariamente, pela capacidade de dissuasão e resistência militar:

Para se qualificar como uma grande potência, o Estado deve ter patrimônio militar suficiente para enfrentar uma luta séria em uma guerra total convencional contra o Estado mais poderoso no mundo. O candidato não precisa ter a capacidade de derrotar o Estado dominante, mas precisa ter alguma perspectiva razoável de transformar o conflito em uma guerra de atrito que deixa o Estado dominante seriamente fraco, mesmo que este, em última instância, ganhe a guerra (Mearsheimer, 2001, p. 20).

Essa abordagem distingue o Realismo Ofensivo de Mearsheimer das demais vertentes. Enquanto o Realismo Clássico de Morgenthau atribui o impulso ao poder à natureza humana, e o Realismo Defensivo de Kenneth Waltz associa a anarquia à

^v ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.
^{vi} MEARSHEIMER, John J. The tragedy of great power politics. New York: W. W. Norton & Company, 2014.

busca por equilíbrio e contenção, Mearsheimer sustenta que a própria estrutura do sistema incentiva a expansão do poder relativo. A segurança, nesse contexto, não decorre da manutenção do *status quo*, mas da conquista de hegemonia regional capaz de reduzir vulnerabilidades estratégicas.

Nesse contexto, a Rússia utiliza sua capacidade militar para impor custos ao sistema liderado pelos Estados Unidos. Para Mearsheimer (2001), as grandes potências operam sob um imperativo de sobrevivência, agindo em um cenário de incerteza permanente sobre as intenções alheias. Nesse sistema anárquico, a preservação da integridade territorial e da autonomia torna-se o objetivo primordial, justificando a busca russa por hegemonia regional como mecanismo de defesa. Consequentemente, a expansão da OTAN e a cooperação militar com Kiev são interpretadas por Moscou não como políticas de integração, mas como ameaças existenciais diretas.

Mearsheimer (2018) argumenta que potências liberais, ao expandirem sua influência sob justificativas idealistas, provocam reações de Estados que priorizam o equilíbrio de poder. O conflito na Ucrânia simboliza, assim, um ponto de inflexão na reconfiguração global, onde a guerra é utilizada como ferramenta racional para corrigir desequilíbrios sistêmicos. Sob a lente do realismo ofensivo, a invasão de 2022 pode ser compreendida como uma resposta agressiva motivada pela necessidade de garantir a integridade territorial russa diante de um cerco militar rival. Por fim, esse embate cristaliza a fragmentação do sistema internacional em blocos antagônicos, consolidando um eixo euroasiático entre Moscou e Pequim e encerrando definitivamente a era da unipolaridade.

A Crise Energética Europeia e a Dependência Estrutural em Relação à Rússia

Conforme já abordado, a Guerra da Ucrânia deve ser compreendida como um evento de alcance sistêmico, capaz de reconfigurar fluxos de poder, interdependências econômicas e percepções de segurança no sistema internacional. Nesse contexto, a dimensão energética emerge como um dos principais vetores por meio dos quais o

conflito extrapola o campo militar e se projeta sobre a estabilidade política e econômica da União Europeia. A crise energética deflagrada a partir de 2022 evidencia como a dependência estrutural europeia em relação aos recursos russos se converteu em vulnerabilidade estratégica.

Antes de analisar empiricamente essa dependência, é necessário delimitar o enquadramento conceitual que orienta esta seção. Segundo Barry Buzan, Ole Wæver e Jaap de Wilde, a segurança, no âmbito das Relações Internacionais, refere-se a situações nas quais um determinado objeto de referência é apresentado como estando diante de uma ameaça existencial, o que legitima a adoção de medidas extraordinárias fora dos limites da política ordinária. Nas palavras dos autores:

A segurança diz respeito à sobrevivência. É quando uma questão é apresentada como uma ameaça existencial a um objeto de referência designado (...) A natureza especial das ameaças à segurança justifica o uso de medidas extraordinárias para lidar com elas. (Buzan; Wæver; De Wilde, 1998, p. 21-22, tradução nossa).^{vii}

A energia, portanto, não é automaticamente um tema de segurança, mas torna-se tal quando seu fornecimento passa a ser percebido como vital à sobrevivência econômica e política dos Estados, um processo que se materializa no caso europeu após 2022.

A dependência europeia, em especial alemã, em relação ao gás russo é resultado de uma construção histórica de longo prazo. Ao longo de décadas, o gás barato e abundante proveniente da Rússia foi incorporado como pilar do modelo econômico europeu, sustentando competitividade industrial e estabilidade energética (Garcia et al., 2025, p. 2). Às vésperas da guerra, Moscou respondia por mais de 40% do gás importado pela União Europeia, proporção ainda maior em países centrais como a Alemanha (Castilho, 2022, p. 64; Eyl-Mazzega, 2023, p. 138). Essa interdependência consolidou a percepção de que o comércio energético funcionaria como fator de previsibilidade e moderação política.

^{vii} Security is about survival. It is when an issue is presented as posing an existential threat to a designated referent object (...) The special nature of security threats justifies the use of extraordinary measures to handle them. (Buzan; Wæver; De Wilde, 1998, p. 21-22).

Tal pressuposto colapsa com a escalada do conflito. A partir de 2021, e de forma acentuada após a invasão da Ucrânia, a Rússia reduziu progressivamente o fornecimento de gás, culminando na interrupção quase total dos fluxos para diversos países europeus (Eyl-Mazzega, 2023, p. 138–139). O impacto foi imediato: explosão dos preços, instabilidade nos mercados e ameaça concreta ao abastecimento energético, configurando a mais grave crise do setor desde o pós-guerra.

Nesse contexto, a energia passou a ser explicitamente instrumentalizada como ferramenta de coerção política. A estratégia russa buscava explorar a vulnerabilidade europeia para gerar instabilidade econômica e social, enfraquecendo a coesão da União Europeia no apoio à Ucrânia. Como observa Eyl-Mazzega, a expectativa do Kremlin era de que o aumento abrupto dos custos energéticos pressionasse governos nacionais e fragmentasse a resposta política do bloco (Eyl-Mazzega, 2023, p. 139). A interdependência revelou-se profundamente assimétrica, convertendo-se em instrumento de poder estrutural.

Diante desse cenário, os Estados europeus adotaram medidas emergenciais sem precedentes: ampliação acelerada dos estoques de gás, políticas de racionamento, subsídios estatais e busca urgente por fornecedores alternativos, como Noruega, Argélia e, sobretudo, o gás natural liquefeito dos Estados Unidos (Eyl-Mazzega, 2023, p. 140). O caso alemão é emblemático, com a nacionalização da empresa Uniper, evidenciando o caráter extraordinário das respostas estatais diante da ameaça percebida.

Os impactos econômicos foram profundos. A elevação dos custos energéticos impulsionou a inflação em toda a Europa, pressionando o poder de compra e elevando os custos industriais. Setores intensivos em energia enfrentaram paralisações e risco de desindustrialização, especialmente na Alemanha, cujo modelo econômico depende fortemente da competitividade industrial exportadora (Garcia et al., 2025, p. 3–4). A crise revelou que a energia constitui base material da estabilidade econômica e social.

Desse modo, a crise energética europeia marcou uma inflexão fundamental: a energia deixou de ser tratada como simples mercadoria e passou a ser concebida

como questão central de segurança nacional e regional. A securitização do setor redefiniu prioridades políticas e abriu caminho para uma transformação estrutural. Se as medidas emergenciais evitaram o colapso imediato, elas não eliminam a vulnerabilidade subjacente. É a partir dessa constatação que ganha força a percepção de que a segurança energética europeia de longo prazo só poderá ser alcançada por meio da transição energética e da diversificação estrutural da matriz energética.

A Guerra como Catalisadora da Transição Energética e da Diversificação Global de Parcerias

De forma já apresentada, a crise energética desencadeada pela Guerra da Ucrânia levou a União Europeia a redefinir a energia como uma questão central de segurança nacional e regional. Esse novo enquadramento não apenas evidenciou a vulnerabilidade estrutural decorrente da dependência do gás russo, como também abriu espaço para uma transformação mais profunda das estratégias energéticas europeias. Nesse contexto, a guerra passou a atuar como um catalisador de mudanças já em curso, acelerando a transição energética e impulsionando a diversificação global de parcerias energéticas da União Europeia.

A resposta mais emblemática dessa reorientação foi o plano REPowerEU, apresentado pela Comissão Europeia poucas semanas após a invasão russa. Embora a União Europeia já dispusesse de iniciativas como o *European Green Deal* e o pacote *"Fit for 55"*, o contexto da guerra conferiu urgência estratégica à agenda energética. O programa estabelece a redução estrutural da dependência de combustíveis fósseis russos, com a meta de diminuir dois terços das importações de gás ainda em 2022 e eliminá-las "bem antes de 2030" (Schreurs, 2023, p. 95–96), articulando-se em três eixos: diversificação de fornecedores, eficiência energética e expansão acelerada das fontes renováveis.

A guerra introduziu, contudo, um elemento qualitativamente novo: a transição energética deixou de ser tratada prioritariamente como agenda ambiental de longo

prazo e passou a ser concebida como estratégia de soberania, autonomia política e segurança. Esse processo de reinterpretação é descrito de forma clara por Kuzemko et al. (2022), ao afirmarem que:

“A invasão russa da Ucrânia desencadeou uma profunda reconfiguração da política energética europeia. A energia limpa, a eficiência energética e a redução da demanda deixaram de ser justificadas primordialmente por razões ambientais e passaram a ser compreendidas, de forma crescente, como componentes centrais da segurança energética e da estratégia geopolítica. As energias renováveis passaram a ser enquadradas como fontes de energia ‘produzidas internamente’, capazes de reduzir a exposição à coerção externa e à instrumentalização dos combustíveis fósseis, remodelando, assim, pressupostos de longa data sobre confiabilidade e segurança do abastecimento.” (Kuzemko et al., 2022, p. 2-3, tradução nossa).

Nesse novo enquadramento, fontes como vento, sol e hidrogênio verde assumem papel estratégico central. Diferentemente do gás natural, dependente de infraestruturas fixas e de fornecedores específicos, as energias renováveis podem ser geradas internamente, reduzindo a exposição a choques externos e a formas de coerção geopolítica. A produção descentralizada e o aumento da capacidade doméstica de geração passam, assim, a ser compreendidos como mecanismos de redução da vulnerabilidade estrutural europeia (Kuzemko et al., 2022, p. 3).

Essa lógica reflete-se nas metas ambiciosas do REPowerEU, que prevê a elevação da participação das renováveis para 45% até 2030, a duplicação da capacidade solar até 2025 e a aceleração de projetos eólicos em diversos Estados-membros (Schreurs, 2023, p. 96). O hidrogênio verde também passa a ocupar posição central, com previsão de produção e importação combinada de até 20 milhões de toneladas até 2030, reforçando a estratégia de substituição progressiva dos combustíveis fósseis (Kuzemko et al., 2022, p. 3).

Paralelamente, a União Europeia promoveu uma reconfiguração de suas parcerias externas. No curto prazo, a substituição do gás russo levou à intensificação das importações de GNL, sobretudo dos Estados Unidos, que se tornaram o principal

fornecedor desse recurso em 2022, absorvendo cerca de 64% das exportações norte-americanas (Schreurs, 2023, p. 99). Países como o Catar também passaram a ocupar papel estratégico, ampliando contratos de fornecimento e consolidando a lógica de diversificação defendida pelo REPowerEU (Kuzemko et al., 2022, p. 5).

A transição do gás transportado por gasodutos fixos para o GNL transportado por navios representa uma transformação estrutural. Enquanto os gasodutos russos criavam relações rígidas de dependência, ancoradas em infraestruturas politicamente sensíveis, o GNL oferece maior flexibilidade logística e geopolítica. A possibilidade de redirecionar cargas, renegociar contratos e escolher entre múltiplos fornecedores amplia a margem de manobra europeia e reduz a capacidade de coerção de qualquer ator específico (Schreurs, 2023, p. 96–97).

Dessa forma, a transição energética europeia deixa de ser um projeto gradual orientado apenas por metas climáticas e afirma-se como estratégia de segurança de longo prazo. A guerra na Ucrânia não apenas acelerou esse processo, mas redefiniu seus fundamentos políticos e geopolíticos, convertendo a diversificação energética e a expansão das renováveis em pilares da autonomia estratégica da União Europeia. À medida que o bloco fecha estruturalmente seu mercado aos combustíveis fósseis russos, a Federação Russa vê-se compelida a reorientar seus fluxos econômicos e energéticos em direção à Ásia, sob pena de colapso econômico, especialmente intensificando suas relações com a China

Reconfigurações Geopolíticas e o Eixo Euroasiático

Como desdobramento direto da reconfiguração energética europeia analisada anteriormente, a relação entre a União Europeia e a Rússia, historicamente estruturada em uma interdependência energética, passou a sofrer uma ruptura sem precedentes. Essa interdependência, embora rentável para ambas as partes, revelou-se fragilizada pelas crises de trânsito de gás de 2006 e 2009, decorrentes das disputas entre Moscou e Kiev. Mesmo após a anexação da Crimeia em 2014 e a imposição inicial de sanções, a lógica comercial permaneceu resiliente, atingindo recordes de exportação entre 2016 e 2018 via *Nord Stream 2* e *TurkStream*.

Contudo, a invasão da Ucrânia em 2022 operou como o catalisador de uma ruptura estrutural definitiva. O colapso do mercado europeu, que em 2019 absorvia 165 bcm^{viii} (bilhões de metros cúbicos) e gerava rendas de até US\$ 30 bilhões ao Kremlin, forçou Moscou a uma “fuga para frente”. Dados do Conselho da União Europeia (2023) e da BBC (2024) indicam que as sanções do G7 e da UE atingiram diretamente o núcleo da economia política russa, desmantelando sua antiga capacidade de projeção de poder sobre o continente.

O estabelecimento de um teto de preço de 60 dólares^{ix} por barril de petróleo e as restrições ao acesso a tecnologias ocidentais de ponta geraram pressão fiscal, compelindo a Rússia a acelerar seu *Pivot to the East* (virada para o Leste). Sob a ótica do realismo ofensivo de Mearsheimer, essa mudança reflete a percepção russa de que a segurança militar e a integridade estatal exigiam o sacrifício de sua principal fonte de riqueza no Ocidente em favor de uma nova profundidade estratégica no Oriente. Esse redirecionamento tem como eixo central o aprofundamento da cooperação com a China, materializado em projetos como o *Power of Siberia 2*, projetado para conectar os campos de Yamal, reservas que historicamente alimentavam a base industrial da Alemanha diretamente ao mercado chinês. (Vakulenko, 2025).

Paralelamente, a Rússia buscou flexibilidade geográfica através da expansão do gás natural liquefeito (GNL) e do desenvolvimento de rotas multimodais de longo alcance. O projeto Arctic LNG 2, ao utilizar a Rota Marítima do Norte, e o Corredor Internacional de Transporte Norte-Sul (INSTC), que liga a Rússia à Índia via Irã, permitem evitar os tradicionais gargalos marítimos e estreitos sob vigilância ou controle direto da OTAN. Essa infraestrutura consolida um eixo de comércio Sul-Sul que opera fora do alcance das sanções e da influência naval ocidental. Diferente do poder liberal ancorado em fluxos financeiros, o eixo euroasiático fundamenta-se no controle físico de recursos naturais e na conectividade física.

^{viii} Fonte: EIA – U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. Russia’s natural gas exports to Europe. Disponível em: <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=53379>. Acesso em: 11 jan. 2026.

^{ix} Fonte: INVESTNEWS. UE concorda provisoriamente com teto de preço de US\$ 60 para petróleo russo. Disponível em: <https://investnews.com.br/economia/ue-concorda-provisoriamente-com-teto-de-preco-de-us-60-para-petroleo-russo/>. Acesso em: 29 dez. 2025.

Nesse contexto de reorientação geográfica, Moscou intensificou o escoamento de petróleo e carvão para mercados asiáticos alternativos, com destaque para a Índia, cujas importações cresceram exponencialmente após 2022^x. No entanto, essa expansão comercial rumo ao Sul Global foi viabilizada mediante descontos substanciais nos preços das *commodities*, o que comprimiu as margens de lucro das estatais russas.

Para além da expansão em mercados de commodities como o indiano, este reposicionamento acelerou o distanciamento da Europa e a integração com Pequim, cujo comércio bilateral atingiu o recorde de US\$ 240,1 bilhões^{xi} em 2023. Segundo Alexander Gabuev (2024), estabeleceu-se uma dinâmica onde a Rússia provê segurança energética vital, enquanto a China atua como motor industrial e fornecedora de tecnologias críticas, como inteligência artificial e exploração espacial, que foram bloqueadas pelo Ocidente. Esse movimento de desdolarização funcional, com a substituição do dólar e do euro pelo yuan, constitui um sistema econômico paralelo ao SWIFT e às instituições de Bretton Woods.

Do ponto de vista russo, a China emerge hoje como o único parceiro com escala capaz de absorver o excedente energético deixado pela ruptura com a Europa. No entanto, os dados revelam um desafio de proporções: enquanto a Rússia exportou 165 bcm para a Europa em 2019, a capacidade projetada do Power of Siberia 2 é de apenas 50 bcm, indicando uma transição de “potência energética global” para um “fornecedor regional estratégico” (Vakulenko, 2025).

Para Pequim, a parceria é altamente vantajosa, garantindo recursos abundantes, cooperação militar avançada e apoio diplomático na ONU, o que contribui para dispersar a atenção estratégica dos EUA. Contudo, essa relação é marcada por uma assimetria crescente. Conforme sustenta Sergey Vakulenko (2025), enquanto a China diversifica seus fornecedores (como o Turcomenistão e o mercado global de GNL), a Rússia torna-se perigosamente dependente de um único grande comprador, o que reduz seu poder de barganha e amplia sua vulnerabilidade estratégica a longo prazo.

^x Fonte: EIA – U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. Russian oil exports and global markets. Disponível em: <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=65885>. Acesso em: 2 jan. 2026.

^{xi} Fonte: REUTERS. China-Russia trade value hits record high. Disponível em: <https://www.reuters.com/markets/china-russia-2023-trade-value-hits-record-high-240-bln-chinese-customs-2024-01-12/>. Acesso em: 4 jan. 2026.

Nesse cenário, a expansão do BRICS+ surge como a tentativa de institucionalizar a multipolaridade e mitigar o isolamento diplomático russo, oferecendo uma plataforma que desafia o G7. No entanto, o dilema persiste: a substituição da histórica dependência do dólar por uma subordinação tecnológica e financeira crescente em relação à China (PROKOPENKO, 2023). Em última análise, a fragmentação em polos regionais que priorizam a soberania e a segurança nacional sobre as normas da globalização liberal evidencia o esgotamento da ordem pós-Guerra Fria. O redirecionamento dos fluxos energéticos russos foi o ato de fundação de uma nova ordem multipolar, na qual a conectividade física reassume a primazia sobre a hegemonia institucional do Ocidente.

Em síntese, a reconfiguração do eixo euroasiático demonstra que, embora a Rússia tenha evitado o colapso econômico imediato por meio do redirecionamento de seus fluxos energéticos ao Oriente, esse movimento implicou uma alteração significativa em sua inserção internacional. A passagem de fornecedor central da Europa para parceiro fortemente dependente do mercado chinês evidencia que a guerra produziu uma reestruturação concreta dos fluxos energéticos e das alianças estratégicas no espaço euroasiático.

CONCLUSÃO

A Guerra da Ucrânia confirmou-se como um evento de alcance sistêmico, cujos efeitos ultrapassam o plano militar e incidem diretamente sobre a estrutura da ordem internacional contemporânea. Conforme apresentado, o conflito atuou como um catalisador de transformações já em curso, especialmente no campo da segurança energética europeia e na reconfiguração do equilíbrio de poder global.

No caso da União Europeia, a interrupção dos fluxos energéticos russos expôs os limites da interdependência econômica como instrumento de estabilidade política. A dependência estrutural do gás russo converteu-se em vulnerabilidade estratégica, levando o bloco a securitizar o setor energético e a redefinir a transição energética como um imperativo de segurança e autonomia estratégica. Nesse sentido, a

aceleração das energias renováveis, da eficiência energética e da diversificação de fornecedores não representa apenas uma resposta conjuntural à crise, mas uma reorientação estrutural da política energética europeia, com impactos duradouros sobre sua inserção internacional.

Paralelamente, o fechamento progressivo do mercado europeu aos combustíveis fósseis russos forçou Moscou a um reposicionamento estratégico em direção à Ásia. O aprofundamento das relações energéticas, comerciais e financeiras com a China e outros países asiáticos evidencia uma tentativa de compensar perdas econômicas e preservar capacidade de projeção de poder em um contexto adverso. Contudo, esse movimento também revela novas assimetrias e dependências, indicando que o pivô russo para o Oriente ocorre em condições menos favoráveis do que a antiga relação com a Europa.

Dessa forma, o artigo sustenta que a Guerra da Ucrânia contribuiu simultaneamente para a consolidação da transição energética europeia como estratégia de segurança e para o aprofundamento de uma dinâmica multipolar no sistema internacional. A reorganização dos fluxos energéticos, o enfraquecimento das bases da ordem liberal do pós-Guerra Fria e a fragmentação em polos regionais reforçam a centralidade da energia como elemento estruturante da geopolítica contemporânea, confirmando o conflito como um marco na transição para uma ordem internacional mais competitiva, instável e multipolar.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1994.

BBC NEWS. **Russia-Ukraine war: gas supplies and Europe's energy crisis**. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-60125659>. Acesso em: 16 jan. 2026.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; DE WILDE, Jaap. **Security: a new framework for analysis**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CARMONA, Ronaldo. A guerra na Ucrânia: uma análise geopolítica. **CEBRI-Revista**, ano 1, n. 3, jul./set. 2022.

CARNEGIE ENDOWMENT FOR INTERNATIONAL PEACE. **Can China compensate Russia's losses on the European gas market?** Disponível em: <https://carnegieendowment.org/russia-eurasia/politika/2023/05/can-china-compensate-russias-losses-on-the-european-gas-market?lang=en¢er=russia-eurasia>. Acesso em: 6 jan. 2026.

CARNEGIEENDOWMENTFORINTERNATIONALPEACE. **The risks of Russia's growing dependence on the yuan.** Disponível em: <https://carnegieendowment.org/russia-eurasia/politika/2023/01/the-risks-of-russias-growing-dependence-on-the-yuan?lang=en¢er=russia-eurasia>. Acesso em: 7 jan. 2026.

CARNEGIE ENDOWMENT FOR INTERNATIONAL PEACE. **Russia-China gas deals.** Disponível em: <https://carnegieendowment.org/russia-eurasia/politika/2025/09/russia-china-gas-deals?lang=en¢er=russia-eurasia>. Acesso em: 7 jan. 2026.

CASTILHO, Filipe Philipps de. Energia, guerra e transição: a guerra da Ucrânia e os novos paradigmas do consumo energético. *Revista Conjuntura Global*.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. **Sanctions against Russia explained.** Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/en/policies/sanctions/sanctions-against-russia/sanctions-against-russia-explained/>. Acesso em: 7 jan. 2026.

DANILEVICZ PEREIRA, Analúcia; SARDO, Igor Estima. The systemic cycles of accumulation in the work of Giovanni Arrighi: the 2008 crisis, the end of US hegemony and the role of China. *AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy & International Relations*, [S. l.], v. 11, n. 21, 2022. DOI: 10.22456/2238-6912.125358. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/125358>. Acesso em: 16 out. 2025.

EIA – U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **Russia's natural gas exports to Europe.** Disponível em: <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=53379>. Acesso em: 11 jan. 2026.

EIA – U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **Russian oil exports and global markets.** Disponível em: <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=65885>. Acesso em: 2 jan. 2026.

EYL-MAZZEGA, Marc-Antoine. Ukraine war and European energy dependence. *In: IEMed Mediterranean Yearbook 2023*. Barcelona: IEMed, 2023.

GARCIA, Tatiana de Souza Leite; MESQUITA, Danúbia Caroline Barbosa de; SOUZA, Victor Madeira de. O conflito Rússia-Ucrânia e a (in)segurança energética na Alemanha. **Revista InterAção**, v. 16, n. 1, jan./mar. 2025. DOI: <https://doi.org/10.5902/2357797590748>.

INVESTNEWS. **UE concorda provisoriamente com teto de preço de US\$ 60 para petróleo russo.** Disponível em: <https://investnews.com.br/economia/ue-concorda-provisoriamente-com-teto-de-preco-de-us-60-para-petroleo-russo/>. Acesso em: 29 dez. 2025.

KUZEMKO, Caroline et al. Russia's war on Ukraine, European energy policy responses and implications for sustainable transformations. **Energy Research & Social Science**, v. 93, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.erss.2022.102842>.

LEMOS, José Késsio Floro. A guerra da Ucrânia e os impactos sobre as estratégias energéticas de Rússia e União Europeia. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 45, n. 1, jan./jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.5433/1679-0383.2024v45n1p81>.

MACKINDER, Halford John. The geographical pivot of history. **The Geographical Journal**, Londres, v. 23, n. 4, p. 421–437, 1904.

MEARSHEIMER, John J. **The tragedy of great power politics**. New York: W. W. Norton & Company, 2014.

MEARSHEIMER, John J. **The great delusion: liberal dreams and international realities**. New Haven: Yale University Press, 2018.

MONTENEGRO, Renan Holanda. Crise ou afirmação da hegemonia americana? Arrighi, Wallerstein, Fiori e Zakaria. **Estudos Internacionais: Revista de Relações Internacionais da PUC Minas (2015)**.

NEW YORK TIMES. **Putin and Xi's deepening partnership**. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2024/05/15/opinion/putin-china-xi-jinping.html>. Acesso em: 8 jan. 2026.

PUC Minas, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 247–265, 2016. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/estudosinternacionais/article/view/10750>. Acesso em: 15 out. 2025.

REPOSITÓRIO PUC-SP. Documento disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/46095>. Acesso em: 2 jan. 2026.

REUTERS. **China-Russia trade value hits record high**. Disponível em: <https://www.reuters.com/markets/china-russia-2023-trade-value-hits-record-high-240-bln-chinese-customs-2024-01-12/>. Acesso em: 4 jan. 2026.

SCHREURS, Miranda A. Implications of the Russian war on Ukraine for climate policy and the geopolitics of energy. **Energy Policy**, v. 170, 2022.

Autoria

1 João Pedro Bandeira Soares

Graduando em Relações Internacionais

<https://orcid.org/0009-0006-4098-0869> • joao.bandeira@acad.ufsm.br

2 Sofia Golfeto Schroeder

Graduanda em Relações Internacionais

<https://orcid.org/0009-0000-0443-6782> • sofiags0812@gmail.com

Como citar este artigo

SOARES, J. P. B.; SCHROEDER, S. G. A guerra da Ucrânia como catalisador da transição energética e da multipolaridade no sistema internacional. **InterAção**, Santa Maria, v. 17, n. 2, e95949, p. 1-20, jun. 2026. DOI 10.5902/1980509895949. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.5902/2357797595949>. Acesso em: dia mês abreviado. ano.

Artigo da XIII SARI

XIII Semana Acadêmica de Relações Internacionais (SARI)

A XIII SARI foi organizada pelo Diretório Acadêmico de Relações Internacionais, ocorreu entre os dias 10 e 14 de novembro de 2025, na Universidade Federal de Santa Maria, reunindo estudantes, pesquisadores e especialistas em torno de uma programação diversificada. O evento contou com palestras que abordaram temas relevantes e contemporâneos, como crime organizado, conflitos internacionais, direitos humanos, tecnologias emergentes, guerra cibernética, construção da paz e questões relacionadas à Amazônia e ao meio ambiente, entre outros.

Alinhada ao tripé fundamental das instituições de ensino superior - ensino, pesquisa e extensão -, a XIII SARI reafirma a importância da universidade como espaço de produção e democratização do conhecimento científico, além de contribuir para a formação acadêmica e o desenvolvimento pessoal dos(as/es) estudantes. Em uma dimensão mais ampla, o evento reflete o papel social da universidade; em uma perspectiva mais específica, destaca-se por ampliar o repertório dos discentes e apresentar a diversidade temática presente no campo das Relações Internacionais, especialmente para aqueles que estão em início de curso.

Nesse sentido, a temática abrangente da XIII SARI permitiu não apenas a introdução dos estudantes a diferentes áreas de estudo, mas também a valorização de temas ainda pouco explorados na grade da UFSM, por meio da participação de especialistas de diversas áreas do conhecimento. Além disso, o evento se destacou por incentivar o protagonismo estudantil, uma vez que foi organizado por estudantes e voltado para estudantes, promovendo tanto a participação ativa quanto o engajamento crítico.

Como marco importante desta edição, destaca-se a retomada dos painéis temáticos com apresentação de trabalhos acadêmicos dos próprios alunos - prática que não ocorria há cerca de dez anos -, acompanhada da previsão de publicação em anais do evento, em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Relações Internacionais - Ana Lélia (NEPRI/UFSM). Essa iniciativa reforça o compromisso da SARI com a produção científica e com a valorização das vozes estudantis dentro da universidade.

